

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA POLITÉCNICA

ESCOLA POLYTECHNICA - ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA
ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRJ - ESCOLA POLITÉCNICA DA UFRJ

Boletim de divulgação oficial da A3P – nº 145 – setembro de 2004
Largo de São Francisco de Paula – nº 01 – Centro – Rio de Janeiro – Tel/Fax: (21) 2221 2936
CEP: 20051-070
E-mails: a3p@poli.ufrj.br - a3poli@ig.com.br

Debate – Reforma Universitária



Flagrante da Congregação da Escola Politécnica, em 29 de setembro, quando o professor Miguez relatava o debate sobre a Reforma Universitária.

Considerando a crítica situação dos ensinos fundamental e médio no País e as claras perspectivas de alterações no ensino superior, a Associação dos Antigos Alunos da Politécnica em conjunto com a DTE de Formação do Engenheiro do Clube de Engenharia realizaram oportuno debate aberto que congregou opiniões, as mais abalizadas, sobre essa importante matéria.

O evento foi realizado na UFRJ, no dia 16 de setembro, coordenado pelo professor Flavio Miguez de Mello que realçou inicialmente os principais aspectos conhecidos que estão sendo propostos pelo governo federal e que influenciam as universidades públicas e privadas.

Esses aspectos foram resumidos em onze itens a seguir:

Objetivo oficial: Dobrar vagas nos próximos dez anos. No Brasil apenas 9% dos jovens de 18 a 24 anos cursam o terceiro grau, no Chile 27%, na Argentina 49%, no Canadá 62%.

Cotas: 50% nas universidades federais para alunos provenientes do 2º grau em escolas públicas, em todos os cursos, independentemente das notas no vestibular.

Raciais: Negros e índios nas cotas, de acordo com as percentagens do último censo do IBGE.

Diploma: Ciclo inicial de dois anos com título de Estudos Universitários Gerais e formação multidisciplinar, incluindo compreensão de textos e expressão oral e escrita e conceitos de ciências em geral.

Conselho: Conselho social ou comunitário que visa articular e integrar a universidade ao seu entorno social.

Eleição: Reitores das universidades federais com eleição direta. Os eleitores serão docentes, funcionários e alunos.

Titulares: Titulares não serão mais novos ingressos na carreira.

Aprovação: Alunos de cotas terão facilidades nas avaliações.

Recursos: Recursos oriundos de loteria a ser instituída.

Cursos: Aprovação pelo MEC de novos cursos superiores. Será em conta se o curso contribuirá para o desenvolvimento da região em que será oferecido.

Provão: Já cancelado.

Dos aspectos acima, o professor Miguez apontou como positivo apenas a proposta de novos professores titulares não mais serem obrigados a iniciar uma nova carreira já que, pela presente legislação, os professores com carreira em universidades federais, ao se tomarem titulares em uma universidade federal iniciam nova carreira, interrompendo toda carreira anterior o que tem fortemente desmotivado os professores adjuntos a prestar concurso e ter progressão na mesma instituição federal de ensino superior.

Os outros aspectos encontraram a rejeição do expositor e de todos os presentes principalmente os que facilitam o ingresso na universidade de estudantes mal preparados, vindos do deficiente ensino médio. Foi realçado que 68,8% dos estudantes da 3ª série do ensino médio público tem desempenho crítico a muito crítico em matemática, apresentando nível de conhecimento compatível apenas ao ensino fundamental. Ao concluir o ensino fundamental, poucos entendem o que lêem e 51,6% não dominam as quatro operações básicas. Há forte receio que, com a maior facilidade de acesso à universidade, o ensino superior deteriore ou os admitidos no terceiro grau se desestimulem e percam o precioso tempo, com elevados gastos da União.

Os dois anos de Estudos Universitários Gerais serão, na realidade, o ensino médio, o que espremerá a formação profissional em dois a três anos, duração insuficiente para todos os cursos, ou aumentará a duração dos cursos em mais dois anos para manter o atual padrão de qualidade. Uma boa reforma universitária seria reforma dos ensinos fundamental e médio.

Pioneira da introdução de cotas nos exames de seleção, a UERJ divulgou levantamento pelo qual fica retratada a fragilidade do

ensino médio em instituições públicas já que em oito cursos a nota máxima de cotistas da rede pública ficou abaixo da nota mínima dos não cotistas. A pesquisa mostrou ainda que em 13 cursos as notas mais elevadas de cotistas raciais (negros e pardos) foram inferiores às notas mínimas dos não cotistas. O professor Miguez finalizou analisando o Projeto de Lei 3582/2004 que dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em instituições privadas de ensino superior, transformada, no dia anterior ao debate, em medida provisória.

As instituições que não aderirem ao PROUNI perderão isenções fiscais e as que aderirem terão que conceder bolsas de estudos para alunos com renda familiar inferior a um salário mínimo "per capita" na proporção de 10% das matrículas em cada curso e em cada campus. Desses bolsistas, terá que haver percentuais de negros, pardos e índios igual aos percentuais desses grupos como identificados no último censo do IBGE na região do estabelecimento de ensino superior. Essas instituições usufruirão de isenção de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro e para financiamento da seguridade social, além da contribuição para o programa de integração social, ficando sujeito a pesadas multas aplicáveis pelo MEC caso não cumpram as cotas estabelecidas.

Em caso de evasão desproporcional entre bolsistas e não bolsistas (o que é provável), a instituição terá que restabelecer a proporção no exame seletivo seguinte o que provavelmente acarretará em aumento do número de bolsistas ingressando na instituição ou na facilitação da aprovação de bolsistas para evitar evasão.

A seguir o professor Eduardo Serra, diretor adjunto de ensino da Escola Politécnica da UFRJ, analisou as tensões que as políticas de ensino são submetidas, enfatizando os conceitos antagônicos de educação como bem público e os aspectos mercantilistas do ensino, estes sem submissão a autoridades federais. Mencionou ainda as tensões entre autonomia administrativa e origem dos recursos, e as tensões entre orientações nacionais e internacionais.

O professor Serra classificou o sistema atual de acadêmico, fechado e elitista, tendo havido um afastamento das universidades do sistema produtivo que ocasionou uma abertura para a tecnologia externa; salientou ainda que a universidade pública se encontra estrangulada pela falta de recursos e que as universidades privadas, em grande número, enfrentam problemas financeiros e trabalhistas. O professor Serra considerou a reforma como um conjunto de medidas isoladas e que o crescimento de vagas deve se dar mais nas universidades públicas que devem se interiorizar, ser mantidas por verbas governamentais, permanecer gratuitas, ser avaliadas externamente em relação aos produtos; deve haver também controle social sobre as universidades públicas e privadas. A Universidade para Todos será uma medida ineficaz, as cotas serão prejudiciais ao ensino, a adoção dos dois anos de Estudos Gerais será problemática, soando como um MOBRAL do terceiro grau. Para o professor, a eleição direta para reitor dará poder ao corporativismo, sendo ideal o atual sistema com a introdução de melhorias.

Para o professor Olavo Cabral Ramos Filho que ensinou na Escola Politécnica da UFRJ e é diretor técnico-cultural da A³P, o que poderá acontecer com a educação superior com relação aos conceitos mercadológicos ou de bem público, aconteceu em outros segmentos da economia como no setor elétrico; realçou que modelos externos têm defeitos já que, mesmo nos Estados Unidos, há maravilhosas universidades mas, há também universidades pífias e que na França o ensino de engenharia desenvolve formação básica muito sólida. Para ele, o conselho fiscalizador, se vier a ser implantado, terá que ter poder e autonomia para ser eficiente.

A professora Mirian Paura Sabrosa Vippin Grinspun, da Faculdade de Educação da UERJ, enfocou três pontos fundamentais:

- A globalização no mundo pós-moderno caracterizado pela incerteza e a política chamada neoliberal em vários países;
- A vontade do governo federal atual em marcar uma diferença na educação;
- As mudanças e o progresso extremamente rápidos na ciência e na tecnologia.

A professora Mirian afirmou que a autonomia das universidades públicas é utopia já que, sem possibilidade de geração de recursos, não haverá autonomia administrativa. Quanto ao aumento de vagas, a professora considera que permanecerá ocorrendo com maior intensidade nas universidades privadas que já detêm 70% dos estudantes no País.

A professora Mirian realçou as precárias condições de trabalho nas universidades públicas, aí incluídas as baixas remunerações dos docentes, como um problema a ser enfrentado, assim como o de estudantes que selecionam os cursos pela maior facilidade de obtenção do diploma. A professora lamentou a ligação dos diretórios acadêmicos restrita à política partidária, não atuando na política estudantil. A professora lamentou também as políticas de cotas raciais pela qual será difícil a manutenção na faculdade dos alunos cotistas.

Ao encerrar sua participação, a professora Mirian enfatizou a importância da integração do ensino superior nos países periféricos principalmente os da América Latina; afirmou ainda que a educação a distância não é o futuro, mas sim o presente e previu que em pouco tempo os cursos a distância ultrapassarão em número os cursos presenciais.

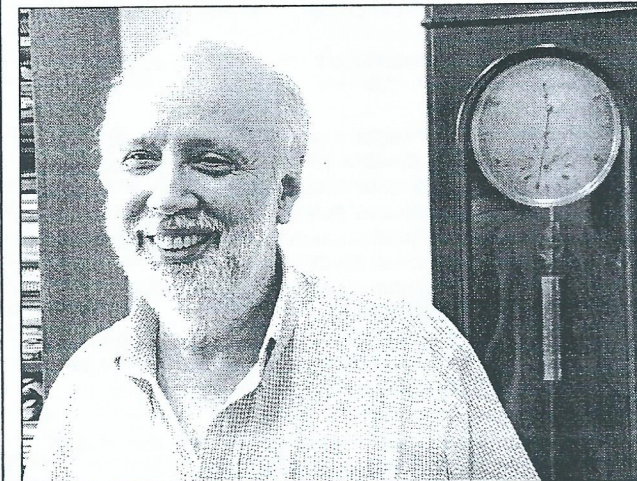
O professor Emmanuel Paiva de Andrade, diretor da Escola de Engenharia da UFF, iniciou sua intervenção com a pergunta: "Qual é o único produto entre o público e o privado em que o mercado dá nítida preferência ao público? A resposta é o ensino universitário em que as universidades públicas têm feito proezas para manter a qualidade com os poucos recursos que recebem."

O professor Emmanuel alertou que a universidade perdeu o monopólio do conhecimento e passou a ser um nó importante numa rede complexa; mencionou que há forte resistência na academia às alterações que estão sendo propostas citando o movimento de estudantes da UFF "Vamos barrar esta reforma." O professor discorreu ainda sobre autonomia, financiamentos e bases acadêmicas, lamentando a situação atual e afirmou que não se deve fazer reforma universitária com os docentes no atual baixo nível de auto-estima por carência de condições físicas e financeiras de trabalho.

O professor Sebastião Amoedo, da Faculdade de Comunicação da UFRJ, apresentou interessante histórico de conhecimento e de seus detentores na antiguidade; analisou as atuais dificuldades financeiras das universidades públicas que prestam, além do ensino, da pesquisa e da extensão, serviços utilitários comerciáveis (como os da Engenharia) e utilitários não comerciais (como, por exemplo, um transplante num hospital universitário que não é pago nem pelo SUS). Há hoje cursos que graduam estudantes de engenharia em curto prazo, mas o CREA não concede registro profissional. O professor Amoedo profetizou que, tendo ficado sucessivamente péssimo o ensino fundamental e o ensino médio, o ensino superior irá pelo mesmo caminho seguido da pós-graduação em futuro breve. Para concluir citou o exemplo da Universidade de Caxias do Sul (RG) que integrou três prefeituras e empresários locais que têm acento no conselho universitário, tendo elevada qualidade de ensino pago com política de bolsas de estudo.

A professora Heloisa Fraenkel que participou dos quadros da Escola Politécnica da UFRJ, contribuiu para o debate enfocando a necessidade dos engenheiros terem maior formação cultural e de relações humanas e manifestou que a qualidade do ensino superior público não pode cair de padrão.

O professor Danton Voltaire de Souza que integrou o corpo



O prof Heloisa Moreira, diretor da Politécnica defende a gratuidade propiciada pelo governo para os ensinos fundamental, médio e superior e realçou que a autonomia passaria por muitas modificações organizacionais internas tais como o fortalecimento dos cursos de cada unidade.

docente da Escola Politécnica da UFRJ defendeu a reintrodução de disciplina sobre problemas brasileiros e que a universidade deve concentrar recursos em ciência e tecnologia, lamentando que a politização e a falta de disciplina têm prejudicado o ensino. Defendeu ainda a tese que a obrigação do Estado é prover o ensino fundamental gratuito e de qualidade para não haver analfabetos; o ensino superior deveria ser pago com bolsas para carentes.

O professor Heloi José Fernandes Moreira, diretor da Escola Politécnica da UFRJ defendeu a gratuidade propiciada pelo governo para os ensinos fundamental, médio e superior e realçou que a autonomia passaria por muitas modificações organiza-

cionais internas tais como o fortalecimento dos cursos de cada unidade. Hoje, décadas após a eliminação das cátedras, observa-se os departamentos mantendo uma estrutura organizacional semelhante ao que havia antes.

Retornando a palavra, o professor Serra defendeu a orientação de que a reforma universitária deve ser feita considerando o todo. "É muito fácil duplicar as vagas e a qualidade vai para o tapete". Colocou ainda que a autonomia absoluta tem riscos, principalmente os financeiros e que dificilmente haverá autonomia com atrelamento ao governo. Na sua opinião, o que deveria haver seria uma posição intermediária em que as universidades públicas teriam contratos de gestão.

Frases que marcaram o intervalo entre esse boletim e o anterior.

► "(...) a fragilidade desse poder (STF) que se curva à pressão do Executivo não é uma anomalia recente. Tanto em 1936 como agora em 2004, prevaleceu o terrorismo do Executivo: Olga Benário, grávida, extraditada e inativos taxados. Diferenças há em favor do STF de hoje: votos em aberto e quatro ministros que não genuflectiram."

Mauro Fontainha Jr, disparando sua indignação contra a taxaço de pensionistas e aposentados e parabenizando pesquisa histórica divulgada pelo O Globo nos arquivos do STF, em 06 de setembro.

► "Como o governo sabe que não melhorará o ensino básico, propõe medidas absurdas, como reservar vagas nas universidades federais para alunos da rede pública. É como se confessasse: " O ensino público é ruim mesmo e nós não vamos melhorá-lo. Preferimos dar esmolas. Em compensação, você vai entrar na faculdade com mais facilidade." É triste. A universidade não é para os ricos nem para os pobres, é para os mais bem dotados. A missão do governo é garantir ensino de qualidade para que todos, em igualdade de condições, possam disputar uma vaga na universidade. A atual política não melhorará o ensino básico e piorará o ensino superior. E o Brasil que suporte um tranco desses."

Jornalista Ali Kamel, em artigo publicado em 07 de setembro.

► "No julgamento do STJ sobre a taxaço de pensionistas e inativos, o ministro Joaquim Barbosa questionou as cláusulas pétreas da Constituição dizendo que é preciso ignorar os dispositivos (...). Ele se achou competente para julgar a própria Constituição."

Elzamar Sampaio Viana sobre sua decepção com o STJ, em 22 de agosto.

► "Não há a menor cerimônia em desfigurar a Constituição quando está em jogo atender aos interesses casuísticos dos donos do poder, fato que põe em risco o estado democrático de direito."

Fernando Conde Sangenis, sobre a autorização do STJ para taxaço de pensionistas e aposentados, em 22 de agosto.

► "A partir da decisão favorável à taxaço de pensionistas e inativos, vejo que todos esses anos de luta por uma Constituição democrática foram em vão."

Ana Cristina Neves de Araújo, sobre o STF, em 22 de agosto

► "Há exatos 40 anos firmei um contrato de trabalho que me garantia , entre outros direitos e obrigações, uma aposentadoria honesta, não sujeita a mudanças, a não ser as determinadas pelos reajustamentos do pessoal da ativa. Não havia lugar, naquele contrato, para rapinas, confiscos, extorções ou eventuais alcances de mandatários. Mas era previsível que o executivo conseguisse exercer seu predomínio político sobre a maioria dos membros do tribunal."

Lauro Tinoco Filho, sentindo-se indefeso na condição de inativo, em 22 de agosto.

► "O mais novo ministro do STF, Eros Grau, até ontem era contra a taxaço dos inativos e pensionistas. Porém foi facilmente convencido a mudar de opinião, honrando a nomeação feita pelo maior interessado no cobrança - o presidente da república. O maior tribunal da nação não pode ser uma corte política."

Nestor Ahrends Neto, se dizendo indignado mesmo não sendo servidor nem aposentado, em 22 de agosto.

► "Por que aqueles que são a favor das cotas não usam a mesma vontade de lutar contra as injustiças dedicando-se à reforma dos ensinos fundamental e médio públicos?"

Luciana Lima Ferraco, em 22 de agosto

► "O Supremo Tribunal Federal corre sérios riscos por causa da sua subserviência ao executivo. A Carta Magna é nítida em seus princípios. Não havia como votar a favor da taxaço dos inativos e pensionistas. No entanto foi o que se viu. A denuncia feita pela OAB ao Tribunal de Haia (Corte Internacional de Justiça) e à Organização dos Estados Americanos é justa."

Modesta Trindade Theodoro, ao criticar decisão ilegal do STJ, em 12 de setembro.

► "Se a dificuldade de acompanhar as aulas fizer com que abandonem a universidade, o sistema terá vedado o ingresso de outros, mais capacitados; ou, pior, se for concedida tolerância especial a esses alunos, estarão sendo concedidos diplomas a profissionais incompetentes. (...) O mais grave é o risco de desviar o foco das atenções, talvez definitivamente, da questão chave que é o baixo nível do ensino médio nas escolas públicas. Pois é nessa área que o Estado está deixando de cumprir suas funções , ao não preparar como deveria os filhos das famílias mais pobres, independentemente da cor."

O Globo em editorial do dia 11 de setembro.

► "Essas pessoas (cotistas) , que tendo concluído o ensino médio encontram-se legalmente aptas a se matricular em curso universitário, sem as cotas só teriam como fazê-lo em uma instituição privada. (...) seu (dos cotistas) mérito deve ser avaliado em relação às condições sociais e educacionais que tiveram que suportar para completar o ensino médio e ingressar na universidade: pobreza, estigmatização social, baixa qualidade do ensino público fundamental e médio etc."

Ricardo Salles, historiador e professor da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, em 10 de setembro.

► "Estarrecedoras as declarações do historiador Ricardo Salles. (...) Promovam-se, portanto, os intelectualmente mais fracos. Acontece que um mau advogado pode causar prejuízos financeiros, um mau engenheiro pode derrubar pontes e edifícios, um mau médico pode matar".

Aloysio Martins Guerra, temendo o estabelecimento de cotas também para concursos públicos, inclusive para procuradores, juizes e para o Itamaraty.

► "Com as cotas, só aumenta o risco de a precariedade do ensino básico se refletir no ensino superior."

Professor Almir Valladares, diretor da Faculdade de Medicina da UFRJ, justificando a não adoção de cotas no próximo vestibular, em 21 de setembro.

► "Pelo visto as sugestões do Conselho da UFRJ reafirmam a posição elitista da instituição."

Eduardo Castelo Branco, ao criticar a resolução do Conselho Universitário da UFRJ de não adotar critérios de cotas no próximo vestibular, em 21 de setembro.

► "Elite não é sinônimo de alta faixa de renda, mas de alto nível de cultura e civilidade."

Diplomata Pio Corrêa, sobre o conceito errôneo de que elite é a classe mais rica, em 22 de setembro.

► "Louvável a decisão do Conselho da UFRJ de rejeitar as cotas para negros. As cotas são fruto da incompetência política aliada a demagogia. Cotas para negros, índios ou para quem quer que seja são uma forma explícita de racismo, o que contraria a Constituição."

Washington Bernardo de Amorim, declarando-se pardo e nascido em comunidade de baixa renda, em 21 de setembro.

► "Eu considero isso um ato de autonomia universitária. Agora, quando for lei federal, todas as universidades vão ter que se adaptar."

Ministro Tarso Genro, da Educação, referindo-se à posição da UFRJ contrária às cotas no próximo vestibular e admitindo como certa a instituição do regime de cotas por lei ou medida provisória, no Jornal Nacional da TV Globo em 20 de setembro.

► "A cada nove vagas de todos os cursos das instituições filantrópicas e das outras que aderirem ao Prouni, uma é do governo.(...). Antes as universidades davam as bolsas para quem queriam. Agora haverá um critério."

William Campos, representante do MEC no Rio de Janeiro, em 20 de setembro.

► "A pré seleção vai ser feita pelo MEC e não pela universidade, o que fere a Lei de Diretrizes e Bases da educação."

Padre Jesus Hortal, reitor da PUC-Rio, ao afirmar que a PUC já dá mais de três mil bolsas integrais, estando acima do percentual da receita bruta em filantropia preconizado pelo Prouni, em 20 de setembro.

► "A cada notícia sobre a reforma universitária, fico mais abismado com as obscuras perspectivas para o futuro do ensino universitário no país. Aprovadas na base de mão de ferro, diversas medidas transcorrem sem o amplo conhecimento público, como o projeto Universidade para Todos, que não teve suas metas e medidas demonstradas com a clareza necessária."

Jorge Luis R. da Silva, estudante da Faculdade de Letras da UFRJ, em 20 de setembro.

► "As instituições que não aderirem ao Prouni estarão fora do Fies."

Ameaça do ministro da Educação, Tarso Genro, em relação à perda do Financiamento Estudantil, benefício que há anos tem custeado os estudos de alunos universitários carentes na rede privada.

► "Não há nenhum desrespeito pelo Congresso Nacional. Há sim respeito à população de baixa renda que está esperando essas vagas."

Ministro Tarso Genro, da Educação, tentando justificar a instituição do Programa Universidade para Todos por medida provisória em resposta à UNE e a parlamentares da oposição, em 14 de setembro.

► "Já foi assim no caso da taxa de inativos e pensionistas, quando a Constituição foi relativada, termo encontrado para justificar o injustificável. Mais um pouco e nossa Constituição será mera referência histórica."

André Cumprido, sobre decisões do Supremo Tribunal Federal, em 26 de setembro.

► "Este artigo quinto já foi violentado em sua cláusula pétrea, quando sete ministros do STF, em 18 de agosto, desconhecaram o parágrafo XXXVI que afirma claramente que "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada", aprovando a taxa de servidores inativos e pensionistas. A partir daí estabeleceu-se a insegurança jurídica. (...) Não é à toa que o risco Brasil se mantém altíssimo, em torno dos 500 pontos. Os investidores estrangeiros, que sabem das coisas, não vêm

segurança num país que não respeita direitos básicos dos cidadãos e relutam em investir, exigindo altas taxas de juros."

Henrique Galinkin, sobre decisões do Supremo Tribunal Federal, em 26 de setembro.

► "Aquele pronunciamento do ministro da educação (universidade gratuita atende apenas "a uma elite que estuda unicamente para ficar mais rica") é alarmante pois soa como uma incitação a uma luta de classes que o Brasil até agora desconheceu. É uma tomada de posição ideológica em matéria de acesso às universidades, com preferência por candidatos politicamente aceitáveis, ideologicamente afinados com o partido, e recomendados por este, tal como na União Soviética naquela era stalinista hoje varrida para o lixo da História, mas que parece contar entre nós alguns admiradores. (...). O importante no momento não é criar, como ameaça o governo, dezenas de milhares de vagas nos corpos discentes sem quadros docentes proporcionalmente adequados, e sim evitar que a má qualidade do ensino médio oficial venha a contaminar o ensino universitário."

Embaixador M. Pio Corrêa, referindo-se à Cristóvam Buarque, em 22 de setembro.

► "Meu filho é aluno do Colégio Pedro II e, graças a Deus, não necessitará desse sistema proposto pelo governo para entrar em uma grande universidade. O Colégio Pedro II tem um dos mais altos índices de aprovação junto à UFRJ (levando-se em consideração a relação quantidade de alunos inscritos vs número de aprovações). Pergunto-me então - se um colégio público e gratuito como o Pedro II é capaz de manter esse elevadíssimo padrão de qualidade, há mais de um século, por que as demais escolas públicas do ensino médio também não o são? A resposta é simples - porque falta vontade política para tal. O superlativo da democracia ocorreria no dia em todos os alunos do ensino médio pudessem dispor desse padrão de qualidade de ensino e, ao vislumbrarem os portões de nossas grandes universidades, tivessem a certeza que estariam nelas disputando uma vaga em absoluta igualdade de condições".

Francisco E F Ascenso, refletindo sobre a desnecessidade de concessões paternalísticas àqueles menos favorecidos, para que possam almejar uma vaga em uma grande universidade pública, em 30 de setembro.

► "Fui aluno de Henriette Amado no Colégio Estadual Brigadeiro Schorcht em Jacarepaguá, nos idos da década de 60. Que saudade daquela época em que colégios públicos como o Brigadeiro Schorcht, André de Maurois, Engenheiro Bernardo Saião, Sobral Pinto, Instituto de Educação, Carmela Dutra, Visconde de Cairú, Colégios de Aplicação da UFRJ e da UERJ eram referências no ensino médio".

Francisco E F Ascenso, discorrendo sobre a qualidade do ensino médio que teve o privilégio de receber, numa época em que os colégios públicos eram referencial de ensino, em 30 de setembro de 2004.

Opinião – Expansão da universidade pública

por Eduardo Serra

Eduardo Serra, diretor-adjunto de Ensino e Cultura da Escola Politécnica da UFRJ, defende a expansão da universidade pública. Para ele, somente este setor é capaz de fazer pesquisa e gerar o conhecimento voltado para o desenvolvimento do país. Serra criticou as instituições particulares, que, por sua própria natureza, não fazem pesquisa, sendo meras repassadoras de conhecimento. Para o professor, as instituições privadas seguem os ventos do mercado e oferecem apenas os cursos mais rentáveis, e deveriam ser melhor fiscalizadas.

Ensino público: O crescimento deve se dar na universidade pública. Ela é entidade capaz de gerar os conhecimentos voltados para o desenvolvimento do país, visando o interesse da maioria da população.

O crescimento da universidade pública é uma prioridade para possibilitar o maior acesso dos estudantes de baixa renda e o crescimento do sistema como um todo. Hoje a universidade pública responde apenas por cerca de 30% do total das matrículas no ensino superior, e o Brasil – onde apenas 10% dos jovens entre 20 e 24 anos estudam no ensino superior – está muito atrás de países como Equador, Uruguai, Coreia do Sul e outros, em termos de dimensão do sistema.

Financiamento: A ideia de dobrar as vagas em dez anos pode ser boa, desde que isso aconteça predominantemente na esfera pública. E isso não está dado ainda. Um fundo público deveria ser criado, a partir de uma vinculação orçamentária, não apenas para a manutenção mas também para a expansão do sistema. E verbas públicas, é claro, devem ser usadas exclusivamente no sistema público.

Universidade para Todos: O programa Universidade para Todos pode até ter sido gerado com a melhor das intenções, mas funciona como uma jogada de marketing, para colocar números na imprensa. E acaba financiando empresas privadas com recursos públicos. O governo deveria, isto sim, fomentar a expansão planejada e equilibrada da universidade pública, com sua interiorização, com mais cursos noturnos, mais apoio aos estudantes.

Cotas: A proposta de implantação do sistema de cotas no Brasil vem de uma transposição mecânica da realidade norte-americana. Nos Estados Unidos as cotas se justificam. Lá não existe vestibular, o negro é barrado na entrevista. Aqui o problema está – além da própria natureza concentradora de renda e excludente do capitalismo brasileiro – na dimensão reduzida dos sistemas públicos de ensino médio e superior, na falta de apoio aos estudantes, na falta de cursos noturnos. A experiência mostra que as cotas criam um tipo de discriminação que é ainda pior, o aluno que entrar na universidade pela cota será um profissional discriminado posteriormente.